
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Administradores e Acionistas
Inframerica Concessionária do
Aeroporto de Brasília S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Inframerica Concessionária do
Aeroporto de Brasília S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



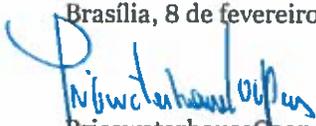
Inframerica Concessionária do
Aeroporto de Brasília S.A.

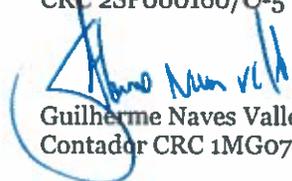
financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 8 de fevereiro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Relatório da Administração 2017

Aos Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público as Demonstrações Financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. (“Inframerica” ou “Companhia”), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2017.

Mensagem da Administração:

Em 2017, o Aeroporto de Brasília completou 60 anos de história. O ano teve como destaque positivo a posição conquistada pelo Terminal como o mais pontual do mundo na categoria de grande porte, conforme o ranking elaborado pela consultoria especializada em aviação civil, OAG. Essa vitória foi reiterada pelo estudo elaborado pela Flight Stats, empresa de monitoramento de voos comerciais, que colocou o Aeroporto como o único terminal aéreo brasileiro na lista de pontualidade dos aeroportos da América Latina na categoria de grande porte. O Terminal brasileiro foi considerado o sétimo na lista mundial elaborada pela Flight Stats, ao lado dos aeroportos do Japão, Austrália e Turquia, com média de pontualidade de 86,44%.

O Terminal brasileiro foi também reconhecido como o mais eficiente em três categorias no Prêmio Aeroportos + Brasil 2017, organizado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Ao todo foram nove prêmios distribuídos entre os aeroportos mais movimentados do país e dois para companhias aéreas brasileiras. O terminal da capital federal foi o único aeroporto concedido a ser premiado, sendo o melhor nas categorias Raio-x, Check-in e Serviço Público + Eficientes. Nas pesquisas realizadas trimestralmente pelo Ministério, o Aeroporto conquistou o 1º lugar na categoria de melhor aeroporto na opinião dos passageiros.

Outro aspecto positivo foi o aumento no número de cessionários ofertando produtos, serviços e opções gastronômicas dentro do aeroporto, um incremento de 10% na oferta quando comparado a 2016. Novas marcas e mais variedades reforçaram o mix do aeroporto garantindo uma oferta mais diversificada de produtos e serviços aos passageiros.

A Sala VIP também se manteve em evidência com novas parcerias de cartões de crédito, sendo a única avaliada na América Latina e Caribe com o selo “Altamente Recomendadas”. Este é o segundo ano consecutivo que as nossas Salas VIP recebem esta avaliação dos clientes do programa de benefícios de Salas VIP Priority Pass.

Outro ponto importante para lembrar foi o investimento em segurança. A Inframerica adquiriu mais um caminhão de combate a incêndio para o Aeroporto ampliou a atual frota para oito veículos, possibilitando assim uma melhor preparação para eventuais emergências.

A transparência, construção das relações empresariais e a reputação da marca, foram pontos importantes para o desenvolvimento de uma política estrita de Governança Corporativa na Inframerica. Em 2017 a empresa desenvolveu e divulgou seu Código de Ética e Conduta e treinou seus funcionários e fornecedores. Além disso, implementou um Canal de Denúncia independente e instituiu um Comitê de Ética e Compliance.

Com isto a empresa garante a integridade, a auditabilidade de seus processos e a confiança na construção de suas relações.

Em 20 de dezembro de 2017, a Inframerica liquidou integralmente os saldos de outorga de 2016 e 2017 e ainda efetuou o pagamento antecipado de parte da outorga fixa de 2018 dentro dos parâmetros publicados na Portaria nº 135/2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, demonstrando o comprometimento dos seus acionistas em continuar crescendo no país.

Destaques econômico-financeiros:

A Receita Líquida de 2017 não obteve o crescimento projetado, reduzindo 6% em relação a 2016. A melhora no cenário econômico brasileiro no 2º semestre de 2017 foi insuficiente para manter a projeção de resultado da companhia, dado que tivemos redução na movimentação de passageiros em relação a 2016, com reflexo em renegociação de parte dos contratos comerciais.

Já os gastos operacionais, neste mesmo ano, reduziram cerca de 5% em relação ao ano anterior, em montante aproximado de R\$ 6,6 milhões. Essa redução foi resultado de um esforço da Companhia para racionalizar custos e despesas, sempre atentando à manutenção do nível adequado de atendimento aos clientes e as normas de segurança e operação. Vale ressaltar que este ganho é real, ou seja, se levarmos em consideração a inflação de 2017, esta redução seria muito maior. Um dos destaques do ano de 2017 foi a redução nos gastos com energia elétrica. A Inframerica passou a comprar energia no mercado livre no início do 2º semestre de 2017. Esta decisão gerou uma redução de 7% nos gastos com energia, o que significou uma economia anual de quase R\$ 1 milhão.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	12.069	2.498	12.964	11.345
Depósitos vinculados (Nota 5 1)	77.766	68.189	33.606	43.389
Contas a receber de clientes (Nota 6)	42.255	44.840	691.223	63.360
Tributos a recuperar (Nota 8)	20.981	34.880	8.634	1.783
Despesas antecipadas	1.635	2.099	37.070	514.357
Depósitos judiciais (Nota 9)	-	247.243	13.219	15.246
Outros ativos (Nota 10)	2.423	3.759	32.426	31.970
	157.129	403.508	829.142	681.450
Ativo não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 8)	42.198	42.763	5.264	5.973
Despesas antecipadas	-	655	95.977	80.391
Partes relacionadas (Nota 7)	7.962	7.960	6.446	6.455
Depósitos judiciais (Nota 9)	3.994	588	688.925	957.632
Tributos diferidos (Nota 25)	437.377	305.947	3.074	2.128
	491.531	357.913	2.707.049	2.889.054
			3.506.735	3.941.633
Investimentos	80	80		
Imobilizado (Nota 11)	1.941	2.451	945.000	945.000
Intangível (Nota 12)	3.689.587	4.124.732	(940.609)	(679.399)
			4.391	265.601
Total do ativo	4.340.268	4.888.684	4.340.268	4.888.684
Passivo				
Passivo circulante				
Salários e encargos sociais (Nota 13)				
Fornecedores (Nota 14)				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)				
Tributos a recolher				
Compromissos com o poder concedente (Nota 16)				
Adiantamento de cliente (Nota 17)				
Outros passivos (Nota 19)				
Passivo não circulante				
Tributos a recolher				
Adiantamento de clientes (Nota 17)				
Partes relacionadas (Nota 7)				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)				
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)				
Compromissos com o poder concedente (Nota 16)				
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 20)				
Prejuízos acumulados				
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.340.268	4.888.684	4.340.268	4.888.684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida (Nota 21)	313.622	332.630
Custos dos serviços prestados (Nota 22)	<u>(299.111)</u>	<u>(267.660)</u>
Lucro operacional bruto	14.511	64.970
Despesas de comercialização	(6.149)	(3.848)
Despesas administrativas (Nota 23)	(30.981)	(34.575)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24)	<u>(9.663)</u>	<u>(2.759)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(32.282)	23.788
Receitas financeiras (Nota 25)	10.377	14.663
Despesas financeiras (Nota 25)	(370.157)	(442.244)
Resultado financeiro líquido	(359.780)	(427.581)
Resultado operacional antes dos impostos sobre o lucro	(392.062)	(403.793)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 26)	<u>130.852</u>	<u>134.615</u>
Prejuízo líquido do exercício	(261.210)	(269.178)
Prejuízo por lote de mil ações - Em reais	(0,22)	(0,30)

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social			Prejuízos Acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Total		
31 de dezembro de 2015	885.000	(556)	884.444	(410.221)	474.223
Subscrição de capital (Nota 20)	60.000	-	60.000	-	60.000
Integralização de capital	-	556	556	-	556
Prejuízo do exercício	-	-	-	(269.178)	(269.178)
31 de dezembro de 2016	945.000	-	945.000	(679.399)	265.601
Subscrição de capital (Nota 20)	235.000	(235.000)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(261.210)	(261.210)
31 de dezembro de 2017	1.180.000	(235.000)	945.000	(940.609)	4.391

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (Nota 27)	(240.535)	(83.060)
Aplicação financeira	(9.577)	(6.265)
Aquisição de bens imobilizados	(152)	(74)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(9.729)	(6.339)
Integralização de capital	-	60.556
Empréstimos e financiamentos obtidos	381.160	20.000
Pagamento - principal de empréstimos e financiamentos	(50.832)	(41.254)
Pagamento - encargos e juros sobre empréstimos e financiamentos	(70.493)	(4.373)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	259.835	34.929
Aumento (Diminuição) líquido em caixa e equivalente de caixa	9.571	(54.470)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.498	56.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.069	2.498

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valor adicionado a distribuir		
Receita	399.948	368.324
Receitas tarifárias	230.079	184.969
Receitas não tarifárias	170.799	184.909
Outras Receitas	3.143	638
Provisão p/devedores duvidosos – (reversão/constituição)	(4.073)	(2.192)
Insumos adquiridos de terceiros	(145.637)	(149.329)
Custos operacionais	(125.508)	(131.704)
Outras Despesas	(20.129)	(17.625)
Valor adicionado bruto	254.311	218.995
Depreciação e amortização	(166.616)	(128.550)
Valor adicionado líquido produzido	87.695	90.445
Valor adicionado recebido em transferência	10.377	14.663
Receitas financeiras	10.377	14.663
Valor adicionado total a distribuir	98.072	105.108
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	19.511	18.568
Remuneração direta	16.387	15.519
Benefícios	1.894	2.175
FGTS	1.230	874
Impostos, taxas e contribuições	100.466	48.089
Federais	42.447	36.736
Municipais	4.980	3.946
Poder concedente	53.039	7.407
Remuneração de capitais de terceiros	370.157	442.244
Juros, variações cambiais e outros	370.157	442.244
Remuneração de capitais próprios	(392.062)	(403.793)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos sobre o lucro	(392.062)	(403.793)
Valor Adicionado Distribuído	98.072	105.108

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica" ou "Companhia") foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional da Aviação Civil - ANAC assinado em 14 de junho de 2012.

Com base no Decreto 7.531/2011, por meio da ANAC, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Inframerica apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Leilão 2/2011.

A concessão se dará no prazo de 25 anos com início em 24 de julho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais 5 anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato é dividido em quatro fases:

Fase 1-A: Transferência do aeroporto.

Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço.

Fase 1-C: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura para recomposição total no nível de serviço estabelecido no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária).

Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA.

A Fase 1-A está dividida em três estágios sendo o último, o início das operações pela Inframerica acompanhada pela Infraero já com todos os custos operacionais e receitas atribuídas à Inframerica. Este estágio teve início em 1º de dezembro de 2012, sendo concluído durante o exercício de 2013.

A Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço teve início em 2013 e a sua finalização ocorreu em maio de 2014.

A Fase 1-C: Contempla as atividades de ampliação do Aeroporto e adequação da infraestrutura para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA e a sua conclusão se deu em maio de 2016.

Atualmente, a Concessão está na Fase 2, em que a Concessionária deverá cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A cada evento de Gatilho de Investimento, a Concessionária deverá apresentar à ANAC, em até 90 dias o Projeto Básico dos Investimentos com vistas à manutenção do nível de serviço, previstos no Plano de Gestão de Investimentos - PGI vigente.

Como deveres da Inframerica estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto de Brasília.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração em 08 de fevereiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia não realizou transações caracterizadas como outros resultados abrangentes nos exercícios de 2016 e 2017. Consequentemente, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e compreendem os saldos mantidos em fundo de investimento em renda fixa, categorizados como "Caixa e equivalentes de caixa".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.5 *Impairment*

2.5.1 Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dívidas vencidas há mais de 90 dias;
- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. Em geral leva-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco.
- Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão para riscos sobre o Contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o CPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.10 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo dos 25 anos da concessão do aeroporto a qual se inicia em 24 de julho de 2012, tendo sido adotado a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

(a) Direito de concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

No momento do reconhecimento inicial, a Companhia separa este direito em duas partes. O valor da primeira parte é estimado com base em quanto vale este direito na hipótese de se manter inalterada a capacidade operacional do aeroporto. Por consequência a segunda parte, refere-se ao valor que a Companhia estima que valha esse direito após a ampliação da capacidade do aeroporto com a adição de todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis, de acordo com o estabelecido no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

A Companhia começa a usufruir dos benefícios econômicos relacionados a primeira parte desde o início da operação, assim sua amortização também tem início neste momento. Por outro, lado a Companhia só começa a usufruir dos benefícios da segunda parte deste direito após a ampliação da capacidade do aeroporto, portanto sua amortização inicia-se após a conclusão das obras de ampliação.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão.

A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(a) Outorga

A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 4.501.132 dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. Esta obrigação foi registrada a valor presente.

A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, registrado no ativo intangível. A contrapartida atribuível à primeira parte deste ativo que tem seus benefícios gerados desde o início da operação do aeroporto é registrada no resultado do exercício como despesa financeira.

Por sua vez, a contrapartida atribuível à segunda parte deste ativo, é registrada como adição ao seu custo enquanto este ainda estiver em andamento. Com sua entrada em operação, os encargos financeiros passam a ser registrados no resultado do exercício.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contribuição Variável

O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e após este limite o percentual aplicado é de 4,5%, reconhecidos por competência. O limite estabelecido em 2017, conforme contrato de concessão, foi de R\$ 519.370 (2016 – R\$ 462.116), valor já atualizado pela inflação acumulada. O pagamento desta contribuição ocorrerá sempre na data de apresentação das demonstrações financeiras, já auditadas, para a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente.

2.13 Provisões

Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.14 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receitas tarifárias

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois fatores: X e Q.

O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas e o início da sua aplicação ocorre a partir do terceiro ano da concessão, contados a partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. O fator Q produzirá efeitos no reajuste tarifário a partir do final do primeiro ano de operação integral do aeroporto pela concessionária. A partir desse marco temporal, os decréscimos decorrentes do não cumprimento dos padrões para o fator Q serão reduzidos a 30% (trinta por cento) no primeiro ano e 70% (setenta por cento) no segundo ano. A partir do terceiro ano os decréscimos serão integrais (cem por cento).

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e do fator Q e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal.

(b) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e a maioria dos instrumentos de dívida que atualmente são classificados como disponíveis para venda satisfazem as condições de classificação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e, portanto, não haverá alteração na contabilização desses ativos.

Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.

(b) IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração não espera impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Amortização do intangível

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2017, a taxa média utilizada foi de 3,53% (exercício de 2016 – 3,25%) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

(b) Apuração de tributos diferidos

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) *Impairment (Redução ao valor recuperável de ativos)*

A Administração avalia em cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está comprometido. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está comprometido e as perdas por imparidade são incorridas apenas se existir evidência objetiva de imparidade em resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e esse evento de perda (ou eventos) tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de forma confiável.

Os critérios que a Companhia usa para definir se há perda de evidência objetiva por deficiência incluem:

- Dívidas em atraso por mais de 90 dias;
- Dificuldade financeira relevante do emissor ou mutuário;
- A violação de contrato, como inadimplência ou atraso no capital ou pagamentos de juros;
- O mutuário provavelmente declarará falência ou outra reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado ativo desses ativos financeiros devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis que indicam uma redução mensurável no fluxo de caixa estimado futuro da carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial desses ativos, embora a redução ainda não tenha sido identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia primeiro se há uma evidência objetiva de prejuízo.

- A provisão para riscos em contas a receber consiste em um valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de recebíveis e que leva em consideração os valores em atraso por mais de 90 dias, líquidos de recuperações, independentemente do início do processo judicial de recebimento;
- Outras operações: consiste em análises individuais e um montante considerado suficiente para superar eventuais perdas na realização de crédito.

A Companhia entende que a provisão para riscos em contas a receber é apropriada e reflete o histórico de perdas internas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos.

4.4 Risco de mercado

4.4.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

4.5 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas estimadas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6).

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

	Pagamento do exercício (Consolidado)					Juros incorridos	Valor contábil
	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais 5 anos	Total		
Empréstimos e Financiamentos	691.223	207.227	207.014	620.251	1.725.715	(345.567)	1.380.148
Compromisso com o poder concedente (a)	37.070	560.277	609.498	7.420.616	8.627.461	(5.883.342)	2.744.119
Fornecedores	33.606	-	-	-	33.606	-	33.606
Partes relacionadas	-	-	-	6.446	6.446	-	6.446
Outros passivos	32.426	-	-	-	32.426	-	32.426
Total	794.325	767.504	919.810	7.944.015	10.425.654	(6.228.909)	4.196.745

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.7 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são apresentados a valor justo.

4.8 Capital circulante líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 672.013 devido, principalmente, ao reconhecimento das novas dívidas com empréstimo (para pagamento das parcelas vencidas da outorga). Para fazer frente a esta obrigação, estão presentes no plano de negócios da Companhia, aportes de capital a serem efetuados por seus acionistas e liberação de novas linhas de crédito, até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade e a constituição de seguro garantia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Caixa	10	10
Contas correntes	5.553	949
Aplicações financeiras	6.506	1.539
Total	<u>12.069</u>	<u>2.498</u>

5.1 Depósitos vinculados

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Garantia Empréstimo CDB (a)	1.199	68.189
Garantia Empréstimo Fundo (b)	<u>76.567</u>	-
Total	<u>77.766</u>	<u>68.189</u>

(a) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo, a uma taxa média de 99,70% do CDI, com liquidez imediata.

Aplicação liberada em dezembro de 2017 com cancelamento do seguro judicial para quitação da outorga do exercício de 2016.

(b) Quotas de Fundo de Investimento, a uma taxa média de 98,07% do CDI, com liquidez imediata.

As aplicações financeiras vinculadas às contas garantias têm por finalidade solver as parcelas da dívida de longo prazo, conforme o contrato de empréstimo do BNDES e CEF.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber de clientes

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Circulante		
Atividades tarifárias		
Passageiros	16.162	19.179
Aeronaves	5.177	5.587
Cargas	675	380
Total	<u>22.014</u>	<u>25.146</u>
Atividades não tarifárias		
Cessão de Espaço	29.808	26.818
Outros	4.808	4.236
Total	<u>34.616</u>	<u>31.054</u>
	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Vencidos há mais de 3 meses	(14.375)	(11.360)
Total	<u>(14.375)</u>	<u>(11.360)</u>
Total	<u>42.255</u>	<u>44.840</u>

Movimentação de provisão para crédito de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.360)	Saldo em 31 de dezembro de 2015	(9.728)
Provisão	(10.154)	Provisão	(7.899)
Reversão	7.139	Reversão	6.267
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(14.375)	Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.360)

7 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Ativo:		
Contas a receber - Cessão de espaço		
Infraero - Acionista direto (a)	2.223	939
Despesas a recuperar		
Inframerica Participações - Acionista direto (b)	1.632	1.630
Inframerica ASGA - Participante indireto (b)	4.107	4.107
Infraero - Acionista direto (c)	-	1.284
Total	<u>7.962</u>	<u>7.960</u>
Passivo:		
Gastos com Obra - Contrato EPC		
Engevix Engenharia S.A. - Participante indireto (d)	-	2.022
Custos compartilhados incorridos na transição		
Infraero - Acionista direto (e)	6.446	4.433
Total	<u>6.446</u>	<u>6.455</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado:		
Recuperação de Gasto com Obra - Contrato EPC		
Engevix Engenharia S.A. - Participante indireto (d)	-	(293)
Custos compartilhados		
Infraero - Acionista direto (e)	2.014	1.605
Despesas a recuperar		
Inframerica ASGA - Participante indireto (b)	(59)	125
Inframerica Telecomunicações – Subsidiária	-	27
Total	1.955	1.464

- (a) Cobrança de espaços utilizados pela Infraero no sítio aeroportuário.
 (b) Recuperação de despesas diversas, dentre elas salários e encargos.
 (c) Cobrança realizada pela Infraero, de valores de telefonia devidos a Companhia.
 (d) Prestação de serviços de engenharia e elaboração de projetos.
 (e) Custo de pessoal, materiais e outras despesas devidas a Infraero.

7.1 A remuneração dos diretores e das pessoas-chaves da Administração no exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	8.902	7.231
Benefícios	247	203
Total	9.149	7.434

8 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	10.535	8.048
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	598	443
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	158	146
Programa de integração social - PIS (a)	9.384	5.229
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	-	20.776
Outros	306	238
Total	20.981	34.880
Não Circulante		
Programa de integração social - PIS (a)	6.651	8.404
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	35.547	34.359
Total	42.198	42.763
Total	63.179	77.643

- (a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível segregado entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Depósitos judiciais

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Circulante		
Depósitos judicial – cível (a)	-	247.243
Total	<u>-</u>	<u>247.243</u>
Não Circulante		
Depósitos judicial – cível	3.792	362
Depósitos judicial – trabalhista	197	222
Depósitos judicial – tributário	5	4
Total	<u>3.994</u>	<u>588</u>
Total	<u>3.994</u>	<u>247.831</u>

(a) Em 20/12/2017, a Companhia realizou operações financeiras para honrar as parcelas da outorga referente ao exercício de 2016 e 2017 e antecipar parcialmente a parcela de 2018 na importância de R\$ 118.935. A Companhia resgatou também R\$ 246.114 milhões que estava depositado em juízo, para complementar o pagamento da outorga. Tal movimentação explica a variação de saldo no circulante.

10 Outros ativos

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Outros adiantamentos	329	139
Materiais de manutenção a consumir	1.370	3.189
Benefícios a funcionários	606	308
Outros	118	123
Total	<u>2.423</u>	<u>3.759</u>

11 Imobilizado

	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>934</u>	<u>2.008</u>	<u>3.042</u>
Aquisição	-	20	5	49	74
Depreciação do imobilizado	-	(30)	(105)	(530)	(665)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>90</u>	<u>834</u>	<u>1.527</u>	<u>2.451</u>
Aquisição	-	4	1	147	152
Transferências	-	-	-	22	22
Depreciação do imobilizado	-	(34)	(106)	(544)	(684)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>60</u>	<u>729</u>	<u>1.152</u>	<u>1.941</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

	Infraestrutura		Outorga de Concessão	Projetos em andamento	Projetos em operação	Software	Total
	Em andamento	Em operação					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>55.349</u>	<u>1.231.573</u>	<u>2.886.827</u>	<u>4.917</u>	<u>985</u>	<u>4.496</u>	<u>4.184.147</u>
Aquisição	47.613	470	-	183	-	-	48.266
Transferências	(67.201)	66.997	-	(411)	411	204	-
Capitalização de encargos	-	-	9.624	-	-	-	9.624
Correção monetária - Capitalizada	-	-	12.880	-	-	-	12.880
Amortização do intangível	-	(40.819)	(88.915)	-	(111)	(340)	(130.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>35.761</u>	<u>1.258.221</u>	<u>2.820.416</u>	<u>4.689</u>	<u>1.285</u>	<u>4.360</u>	<u>4.124.732</u>
Aquisição	14.594	8.852	170.263	1.945	-	48	195.702
Transferências	(31.980)	27.988	-	-	3.517	1.453	(22)
Baixa de intangível	(1.436)	(6.943)	-	-	-	-	(8.379)
Capitalização AVP	-	-	571	-	-	-	571
Capitalização CM	-	-	231	-	-	-	231
Ajuste de taxa de desconto	-	-	(454.889)	-	-	-	(454.889)
Amortização do intangível	-	(44.963)	(122.727)	-	(259)	(410)	(168.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>16.939</u>	<u>1.243.155</u>	<u>2.413.865</u>	<u>6.634</u>	<u>3.543</u>	<u>5.451</u>	<u>3.689.587</u>

A companhia realizou testes de impairment no exercício de 2017 e foi verificado que não há evidências objetivas de reconhecimento dessa provisão.

13 Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários a pagar	-	7
Impostos de renda - IRRF	732	954
FGTS a recolher	727	815
INSS a recolher	2.324	2.591
Férias a pagar	4.222	4.661
Remuneração variável	4.761	2.314
Outros	198	3
Total	<u>12.964</u>	<u>11.345</u>

14 Fornecedores

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores nacionais	32.867	42.372
Fornecedores estrangeiros	739	1.017
Total	<u>33.606</u>	<u>43.389</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Empréstimo BNDES/CEF	310.121	51.903
Capital de giro	80.256	11.457
Nota promissória comercial	300.508	-
Finame	338	-
Total	691.223	63.360
Não circulante		
Empréstimo BNDES/CEF	688.065	957.632
Finame	860	-
Total	688.925	957.632
Total	1.380.148	1.020.992

Movimentação de empréstimo

Saldo em 31 de dezembro de 2015	944.358
Liberação	20.000
Amortização	(41.254)
Pagamento de juros e encargos	(4.373)
Apropriação de juros	102.261
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.020.992
Liberação	381.160
Amortização	(50.832)
Pagamento de juros e encargos	(70.493)
Apropriação de juros	99.321
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.380.148

Em dezembro de 2017, a Companhia concluiu a renegociação que vinha mantendo com o BNDES. Os termos da renegociação incluem o reescalonamento dos vencimentos atuais e a liberação de novos créditos, entre outros. Os aditivos que formalizam esta renegociação apresentam condições de eficácia para que os termos renegociados produzam seus efeitos. A Companhia pretende cumprir as condições de eficácia em fevereiro de 2018. Em razão disso estas demonstrações financeiras ainda não refletem os termos renegociados.

O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	Captação Corrigida	Juros a apropriar	Valor contábil
Financiamento infraestrutura	1.625.679	(616.144)	1.009.535
Capital de giro	11.457	-	11.457
31 de dezembro de 2016	1.637.136	(616.144)	1.020.992
Financiamento infraestrutura	1.547.727	(549.539)	998.188
Financiamento de equipamentos	1.197	-	1.197
Capital de giro	80.255	-	80.255
Nota promissória comercial	300.508	-	300.508
31 de dezembro de 2017	1.929.687	(549.539)	1.380.148

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Saldo
31 de dezembro de 2016		802.709			1.020.992
BNDES	fev/14	492.067	dez/28	TJLP + 3,14%	642.446
BNDES	abr/14	61.946	dez/28	TJLP + 3,14%	79.934
CAIXA	abr/14	193.963	dez/28	TJLP + 3,6%	240.948
CAIXA	ago/14	15.092	dez/17	IPCA + 5,2%	18.880
CAIXA	sct/14	19.641	dez/23	6%	15.979
BRADESCO	ago/17	870	jul/22	TJLP + 8,10%	895
BRADESCO	ago/17	290	jul/22	Selic + 7,38%	302
SANTANDER	dez/17	300.000	jun/18	CDI+0,45%	300.508
CITIBANK	dez/17	48.000	mar/18	9%	48.129
PINE	dez/17	32.000	jan/18	CDI+6,5%	32.127
31 de dezembro de 2017		1.163.869			1.380.148

Segue abaixo a projeção por ano dos empréstimos de longo prazo:

Período	Valor presente	Juros a transcorrer	Projeção
2019	44.931	58.697	103.628
2020	49.094	54.505	103.599
2021	53.637	49.933	103.570
2022	58.496	44.948	103.444
2023	63.768	39.531	103.298
2024 em diante	418.999	97.953	516.953
Total	688.925	345.567	1.034.492

Nos contratos de financiamentos de longo prazo, celebrados entre a companhia e BNDES foram apresentadas as seguintes garantias:

- Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- Penhor de Ações da Inframerica Participações;
- Penhor de Ações da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília;
- Fiança Corporativa – American Internacional Airports LLC (AIA), ACI Airports S.A.R.L – (ACI) e Corporación América S.A. – (CASA).

16 Compromissos com o poder concedente

As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no exercício.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuição variável – Outorga	6.987	7.408
Contribuição fixa – Outorga	2.737.132	3.396.003
Total	2.744.119	3.403.411
Circulante	37.070	514.357
Não circulante	2.707.049	2.889.054
Total	2.744.119	3.403.411

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do Poder Concedente

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.041.509
Amortização - Contribuição variável	(7.394)
Apropriação - Contribuição variável	7.407
Capitalização - AVP	9.611
Capitalização - Correção monetária	12.880
Demais contribuições	11.176
Apropriação - AVP	151.563
Apropriação - Correção monetária	176.659
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.403.411
Amortização - Outorga fixa	(310.971)
Amortização - Outorga fixa (antecipação)	(118.935)
Amortização - Contribuição variável	(7.408)
Compensação de depósito Judicial	(212.633)
Apropriação - Contribuição variável	6.987
Capitalização AVP	571
Capitalização Correção monetária	231
Ajuste da taxa de desconto	(454.889)
Apropriação de AVP	74.828
Apropriação - Correção monetária	182.690
Ajuste de repactuação contratual	170.263
Outros	9.974
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.744.119

Em 20/12/2017, a Companhia realizou operações financeiras para honrar as parcelas da outorga referente aos exercícios de 2016 e 2017 e antecipar parcialmente a parcela de 2018. A Companhia resgatou também R\$ 246.114 milhões que estava depositado em juízo para complementar o pagamento da outorga. Para liquidação da parcela de 2016 foi pago um valor de R\$ 290.508 milhões, de 2017 foi pago R\$ 266.576 milhões e R\$ 118.935 milhões como antecipação parcial de 2018, que gerou para Companhia um benefício de igual valor diluído nas 04 (quatro) últimas parcelas da outorga.

Em virtude desta operação, o endividamento com o poder concedente aumentou R\$ 170.263 para manter o mesmo VPL (valor presente líquido) do projeto.

17 Adiantamentos de clientes

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Circulante		
Direitos de exclusividade (a)	10.175	9.913
Demais adiantamentos	<u>3.044</u>	<u>5.333</u>
	13.219	15.246
Não circulante		
Direitos de exclusividade (a)	66.373	73.906
Demais adiantamentos	<u>29.604</u>	<u>6.485</u>
	95.977	80.391
Total	<u>109.196</u>	<u>95.637</u>

(a) Referente a adiantamentos de clientes cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Prováveis		
Cíveis	726	376
Trabalhistas	<u>2.348</u>	<u>1.752</u>
	3.074	2.128
	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Possíveis		
Cíveis	41.108	6.850
Tributária	4	4
Trabalhistas	<u>12.195</u>	<u>9.649</u>
	53.307	16.503
Total	<u>56.381</u>	<u>18.631</u>

Movimentação das provisões de risco provável

Saldo em 31 de Dezembro de 2015	58
Adição	2.128
Baixa	<u>(1.950)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2.128
Adição	2.909
Baixa	<u>(1.963)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	3.074

19 Outros passivos

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Repasso FNAC (a)	5.455	5.283
Repasso ATAERO (b)	10.047	18.683
Repasso PAN/PAT (c)	402	262
Garantias diversas (d)	1.810	1.477
Investimento a Realizar (e)	6.265	6.265
Contribuição Mensal (f)	8.444	-
Outros	3	-
Total	<u>32.426</u>	<u>31.970</u>

(a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999. O repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão;

(b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela lei 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela lei 13.319, de 25 de julho de 2016;

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o PMD (peso máximo da decolagem);
- (d) Garantias diversas estabelecidas nos contratos de cessão de espaço, caso não ocorram quebras contratuais, tais valores serão devolvidos aos respectivos clientes;
- (e) Refere-se ao valor dos investimentos em benfeitorias a serem realizados no estacionamento, repassados à companhia conforme previsto no contrato de exploração do estacionamento;
- (f) A contribuição mensal, sancionada pela lei 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 01 de janeiro de 2017 o repasse ATAERO. Esse percentual é recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e corresponde a 35,90% (ATAERO) descontado os tributos.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 945.000.000 de ações nominativas, sendo: 481.950.000 ações detidas pela Inframerica Participações S.A. e 463.050.000 ações detidas pela Infraero, representativo a 51% e 49%, respectivamente.

	2017			2016		
	Infraero	Participações	Total	Infraero	Participações	Total
Ações	578.200	601.800	1.180.000	463.050	481.950	945.000
Subscrito	578.200	601.800	1.180.000	463.050	481.950	945.000
A integralizar	(115.150)	(119.850)	(235.000)	-	-	-
Integralizado	463.050	481.950	945.000	463.050	481.950	945.000

21 Receita operacional líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Receita bruta – Tarifária (a)	230.079	184.969
Receita bruta – Não Tarifária (b)	170.799	184.909
Contribuição mensal (a)	(46.052)	-
Outras Receitas	354	545
COFINS	(30.053)	(27.809)
PIS	(6.525)	(6.038)
ISS	(4.980)	(3.946)
Receita líquida	313.622	332.630

- (a) Até 31 de dezembro de 2016 o adicional de tarifa aeroportuária (ATAERO) tinha característica de repasse, sendo assim, não integrava o valor da receita tarifária da companhia. A partir de 1 de janeiro de 2017, a contabilização das receitas passou a integrar o resultado bruto da companhia, conforme lei 13.319 de 2016, que instituiu a contribuição mensal. O efeito desta mudança, faz com que a base tributária dos impostos incidentes sobre o faturamento bruto seja acrescida do valor da contribuição mensal.
- (b) As receitas não tarifárias incluem a cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades.

Os impostos incidentes sobre os serviços, consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor no Distrito Federal (2%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Pessoal	57.267	61.494
Serviços de terceiros	21.563	22.958
Utilidades e telecomunicações	12.140	12.784
Manutenção	24.340	25.874
Amortização e depreciação	46.313	41.938
Amortização Outorga fixa (a)	120.304	86.612
Outorga variável (b)	6.987	7.408
Impostos e taxas	167	153
Tecnologia	2.973	4.842
Outros	7.057	3.597
Total	299.111	267.660

- a) Valor da amortização da outorga fixa registrado na Companhia o qual é calculado com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto;
- b) O valor da outorga variável é calculado com base na receita bruta da Companhia excluindo o efeito da contribuição mensal e aplicando um percentual de 2% até um limite de receita anual, estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

23 Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
	Pessoal	18.542
Serviços de terceiros	4.373	4.933
Seguros	2.740	2.343
Tecnologia da informação	425	454
Impostos e taxas	2.263	2.450
Provisões Judiciais	504	2.253
Locomoção	556	984
Outros	1.578	2.712
Total	30.981	34.575

24 Outras receitas e despesas operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
	Baixa de Intangível/Imobilizado	8.379
PCLD	3.015	1.808
Perda efetiva de contas a receber	1.059	384
Recuperação de impostos	(2.790)	-
Outros	-	567
Total	9.663	2.759

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Receita Financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	9.479	12.484
Descontos obtidos	13	517
Outros	885	1.662
	10.377	14.663
Despesa Financeira		
Ajuste a valor presente – Direito de concessão	(74.828)	(151.563)
Juros, encargos e taxas bancárias	(112.638)	(114.022)
Correção monetária – Direito de concessão (a)	(182.691)	(176.659)
	(370.157)	(442.244)
Total	(359.780)	(427.581)

(a) A correção monetária sofre impacto direto do IPCA que em dezembro de 2017 foi de 2,95%, acumulado (2016 - 5,51%).

26 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias, base negativa e prejuízo fiscal auferidos no período de janeiro a dezembro de 2017, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Apuração IR/CS		
(A) Prejuízo contábil antes do IR/CSLL	(392.170)	(403.793)
B) Ajuste Outorga (efeito temporário)	80.634	(45.927)
C) Outros ajustes (adições e exclusões) temporários	5.663	3.672
D) Ajustes permanentes	5.504	7.866
(E) Prejuízo Fiscal (A+B+C+D)	(300.369)	(438.182)
IR Diferido (bases x alíquota de 34%)		
Prejuízo Fiscal (e)	102.126	148.982
Ajustes temporários Outorga (b)	27.416	(15.615)
Outros ajustes temporários (c)	1.925	1.248
Total	131.467	134.615
Abertura	2017	2016
(B) Ajuste Outorga (efeito temporário)		
Adições temporárias - Efeito da Outorga contábil	377.822	414.834
Exclusões temporárias - Efeito da Outorga fiscal	(297.188)	(460.761)
Total	80.634	(45.927)
(C) Outros ajustes (adições e exclusões) temporários		
Adições temporárias	44.948	60.128
Exclusões temporárias	(39.285)	(56.456)
Total	5.663	3.672

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Apuração IR/CS		
(D) Ajustes permanentes		
Adições permanentes	50.839	49.048
Exclusões permanentes	(45.336)	(41.182)
Total	5.503	7.866
	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2017	de 2016
Saldo Contábil		
Saldo Inicial	305.947	171.332
Movimentações	131.467	134.615
Saldo Final	437.414	305.947
Abertura IR/CS		
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos Correntes	(578)	-
Impostos Diferidos	131.467	134.615
Total	130.889	134.615

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal, por meio de expectativa do lucro tributável futuro. A realização dos impostos diferidos no ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva, prevista para ocorrer nos próximos 8 anos.

27 Fluxo de caixa das atividades operacionais

	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(392.062)	(403.793)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	166.617	128.550
Provisões	7.250	(1.671)
Contribuição variável	6.987	7.408
Baixa de Intangível / Imobilizado	8.379	-
Despesa financeira	366.907	430.956
	164.078	161.450
Variações ativas e passivas:		
Contas a receber de clientes	(430)	(4.652)
Partes relacionadas	(11)	(366)
Tributos a recuperar	16.888	19.770
Despesas antecipadas	1.119	(1.285)
Outros ativos	1.336	1.151
Depósitos Judiciais	31.204	(247.243)
Aquisição de bens intangíveis	(25.439)	(48.266)
Salários e encargos sociais	(306)	410
Fornecedores	(11.240)	5.599
Tributos a recolher	5.565	(794)
Outros passivos	456	15.840
Adiantamento de cliente	13.559	22.720
Pagamento - Compromisso com o poder concedente	(437.314)	(7.394)
	(404.613)	(244.510)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(240.535)	(83.060)

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício, a companhia utilizou-se de investimentos e atividades de financiamento que não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

	2017	2016
Ativo		
Adições		
Aquisição de intangível outorga	(170.263)	-
AVP - ajuste da taxa de desconto do intangível - outorga	454.889	-
Capitalização de encargos	(571)	(9.624)
Correção monetária - Capitalizada	(231)	(12.880)
Baixas		
Compensação de depósito judicial com o poder concedente	212.633	-
Passivo		
Adições		
Liberação - Compromisso com o poder concedente	170.263	-
AVP - ajuste da taxa de desconto com poder concedente	(454.889)	-
Capitalização de encargos	571	9.624
Correção monetária - Capitalizada	231	12.880
Baixas		
Compensação de depósito judicial com o poder concedente	(212.633)	-

28 Seguros

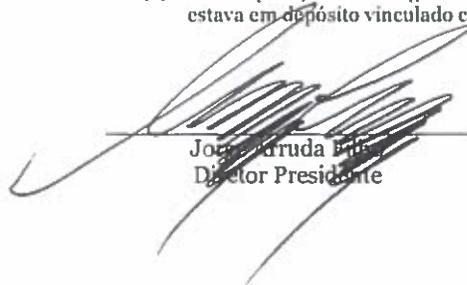
A Companhia possui um programa de gerenciamento de risco para mitigar riscos, contratando a cobertura de seguro compatível com seu porte e operações no mercado. Os valores do seguro são considerados suficientes pela administração para cobrir possíveis perdas, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e o conselho de seus consultores de seguros.

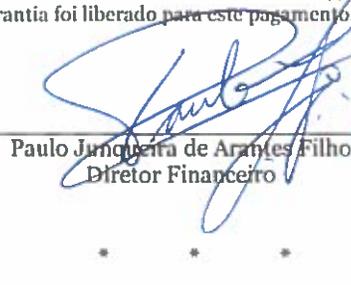
No exercício findo em dezembro de 2017, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

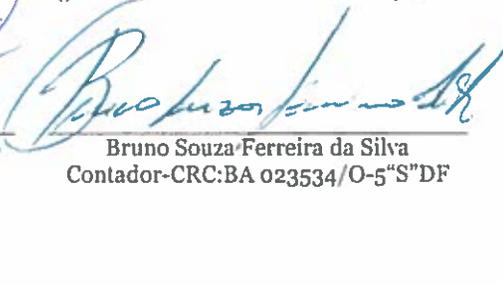
Bens segurados	Riscos cobertos	Valor segurado	Vigência
RO - PATRIMONIAL	Perdas e danos nos bens patrimoniais incluídos na apólice	1.662.536	dez/2017 a dez/2018
RC HANGAR (a)	Cobertura de danos ao concessionário e operador aeroportuário	500.000	dez/2017 a dez/2018
PERFORMANCE	Garantia de execução do contrato de concessão junto à ANAC	188.530	nov/2016 a dez/2018
D&O	Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	103.835	dez/2017 a dez/2018
RC - GERAL	Reparação de danos materiais a terceiros	10.000	jun/2017 a jun/2018
FROTA	Cobertura frota de veículos	400	jun/2017 a jun/2018
SEGURO ONIBUS	Seguro ônibus	400	maio/2017 a jun/2018
GARANTIA JUDICIAL (b)	Outorga 2016 - Processo 0043339-67.2016.4.01.3400	59.995	out/2016 a out/2021

(a) Seguro contratado em moeda estrangeira (dólar estadunidense).

(b) Com a quitação da outorga do exercício de 2016 em 20 de dezembro de 2017, o Seguro Judicial foi cancelado e o valor que estava em depósito vinculado como garantia foi liberado para este pagamento.


Joana Arruda Bello
Diretor Presidente


Paulo Junqueira de Araujo Filho
Diretor Financeiro


Bruno Souza Ferreira da Silva
Contador-CRC:BA 023534/O-5" S" DF